

Publicação da Secretaria de Política Agrícola  
do Ministério da Agricultura e Pecuária,  
editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X  
ISSN 1413-4969  
Página da revista: [www.embrapa.br/rpa](http://www.embrapa.br/rpa)



## Artigo


# Crédito rural e sustentabilidade


## A operacionalização do RenovAgro na Região Central do Rio Grande do Sul

**Resumo** – Nas últimas décadas, a agropecuária brasileira consolidou-se como um setor estratégico para o crescimento econômico, com ganhos expressivos de produtividade, associados à modernização tecnológica. No entanto, esse avanço também trouxe desafios socioambientais, sobretudo relacionados às emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à degradação de áreas agrícolas. Como resposta, o governo federal instituiu o Plano ABC, em 2010, posteriormente reformulado para ABC+ (2020–2030)/RenovAgro, com o objetivo de promover a agricultura de baixa emissão de carbono e de incentivar práticas sustentáveis, como a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), o Sistema Plantio Direto (SPD) e a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Este estudo, de caráter qualitativo e exploratório, analisa a operacionalização do RenovAgro na Região Central do Rio Grande do Sul, com base em entrevistas com produtores rurais, gestores de empresa de planejamento agropecuário e representantes de instituições financeiras. Os resultados indicam que o programa é reconhecido como instrumento relevante para ampliar a produtividade e promover a sustentabilidade no campo, sobretudo por meio de tecnologias como o SPD e a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN). Contudo, os entrevistados apontam entraves relacionados à burocracia e à oscilação na disponibilidade de recursos, fatores que limitam seu alcance. Conclui-se que, embora o RenovAgro represente avanço significativo na integração entre crédito rural e sustentabilidade, sua efetividade depende de maior estabilidade institucional, simplificação de processos e ampliação de incentivos governamentais.

**Palavras-chave:** agropecuária, crédito agrícola, financiamento agrícola, Plano ABC, políticas públicas.

Claudia Maria Prudêncio De Mera   
Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação  
em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social,  
Cruz Alta, RS, Brasil  
E-mail: [cmera@unicruz.edu.br](mailto:cmera@unicruz.edu.br)  
 Autor correspondente

Vanessa de Campos Junges   
Universidade de Cruz Alta, Programa de Pós-Graduação  
em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social,  
Cruz Alta, RS, Brasil  
E-mail: [vjunges@unicruz.edu.br](mailto:vjunges@unicruz.edu.br)

Bernardo Marques   
Universidade de Cruz Alta, Curso de Agronomia  
Cruz Alta, RS, Brasil  
E-mail: [bernardo.r.marques96@gmail.com](mailto:bernardo.r.marques96@gmail.com)

### Recebido

23/9/2025

### Aceito

10/12/2025

### Como citar

DE MERA, C.M.P.; JUNGES, V. de C.; MARQUES, B. Crédito rural e sustentabilidade: a operacionalização do RenovAgro na região central do Rio Grande do Sul. **Revista de Política Agrícola**, v.35, e02072, 2026. DOI: <https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02072>.



## Rural credit and sustainability: the operationalization of the RenovAgro Program in the Central Region of Rio Grande do Sul

**Abstract** – In recent decades, Brazilian agribusiness has established itself as a strategic sector for economic growth, achieving significant productivity gains driven by technological modernization. However, this progress has also introduced socio-environmental challenges, particularly regarding greenhouse gas emissions and the degradation of agricultural land. In response, the federal government established the ABC Plan in 2010, subsequently updated to the ABC+ Plan (2020–2030)/RenovAgro, aiming to promote low-carbon agriculture and encourage sustainable practices such as Recovery of Degraded Pastures (RPD), the No-Till System (SPD), and Crop-Livestock-Forest Integration (ILPF). This qualitative and exploratory study analyzes the operationalization of RenovAgro in the Central Region of Rio Grande do Sul, based on interviews with rural producers, agricultural planning firm managers, and representatives of financial institutions. The results indicate that the program is recognized as a relevant instrument for increasing productivity and promoting sustainability in the field, especially through technologies such as SPD and Biological Nitrogen Fixation (BNF). However, interviewees point to obstacles related to bureaucracy and fluctuations in resource availability, factors that limit its reach. It is concluded that, although RenovAgro represents a significant advance in the integration of rural credit and sustainability, its effectiveness depends on greater institutional stability, simplified processes, and the expansion of government incentives.

**Keywords:** agriculture and livestock, agricultural credit, agricultural financing, ABC Plan, public policies.

### Introdução

No Brasil, nas últimas quatro décadas, a produção agrícola exibiu o expressivo crescimento de 385%, enquanto a área destinada às atividades agrícolas se expandiu apenas 32%, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Brasil, 2020). O resultado é fruto da consolidação de um processo de modernização pautado em inovação científica e tecnológica, associado à adaptação da agricultura nacional aos diferentes sistemas produtivos e às especificidades regionais. A conjugação de avanços em mecanização, biotecnologia, manejo de solos e práticas de intensificação da produção possibilitou ganhos contínuos de produtividade, o que contribuiu decisivamente para a inserção do Brasil entre os maiores produtores e exportadores de commodities agrícolas no cenário mundial (FAO, 2021).

Entretanto, se, por um lado, a agricultura brasileira se expandiu e se modernizou, por outro, intensificou-se o debate em torno da sustentabilidade dos sistemas produtivos. O grande desafio consiste em conciliar o aumento da produção agrícola com a preservação ambiental. Conforme Telles et al. (2021, p.34),

“[...] o setor agropecuário é responsável pela preservação de cerca de um quarto do território nacional, e a área preservada está em torno de dois terços [...]”,

evidenciando a centralidade da relação entre agricultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) ressalta que a agricultura é, simultaneamente, uma atividade altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas e uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa (GEE), tornando ainda mais premente a necessidade de transição para sistemas de produção sustentáveis.

Nesse contexto, políticas públicas e programas de incentivo tornaram-se instrumentos fundamentais para induzir transformações estruturais na agropecuária. Como uma forma de incentivar uma agropecuária produtiva e sustentável, foi instituído, em 2009, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, o Plano ABC (Brasil, 2012). Esse plano representou não apenas um compromisso internacional do Brasil na agenda de redução de GEE, mas também uma estratégia doméstica de modernização sustentável do setor agropecuário.

Desde sua implementação, em 2010, o Plano ABC tem orientado a formulação e a execução de políticas voltadas à adoção de práticas conservacionistas e sustentáveis na agricultura. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2023), as medidas propostas pelo programa contemplam ações como a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), a expansão do

Sistema Plantio Direto (SPD), a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), o uso mais eficiente da energia e a redução do desmatamento.

Essas estratégias, além de mitigar impactos ambientais, visam elevar a eficiência do setor, assegurando a competitividade agrícola em um mercado global cada vez mais atento às questões climáticas e ambientais. Tal tendência converge com recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020), que defende a adoção de políticas agroambientais capazes de alinhar produtividade e conservação ambiental. A partir do Plano Safra 2023/2024, tais iniciativas passaram a ser incorporadas ao Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Sustentável (RenovAgro), que sucedeu o Plano ABC, ampliando e atualizando o escopo das práticas contempladas.

No cenário nacional, o Rio Grande do Sul ocupa posição de destaque na agropecuária brasileira, desempenhando papel estratégico tanto pela diversidade produtiva quanto pela relevância econômica. Tradicionalmente, o estado figura entre os principais polos agrícolas do País, sendo líder nacional na produção de arroz, segundo maior produtor de soja e terceiro colocado na criação de suínos e aves (IBGE, 2023). Essa representatividade reforça a importância de compreender como políticas públicas de fomento à sustentabilidade, como o RenovAgro, têm sido operacionalizadas em nível regional e local.

Diante desse panorama, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar a sustentabilidade agrícola sob a ótica dos instrumentos de política pública. Especificamente, busca-se examinar a alocação e o uso dos recursos do RenovAgro em municípios da Região Central do Rio Grande do Sul, considerando tanto a relevância econômica do setor agropecuário gaúcho quanto os desafios inerentes à adoção de práticas produtivas sustentáveis.

## O Plano ABC como instrumento de promoção da agricultura sustentável no Brasil

A agropecuária ocupa posição de destaque na economia brasileira, tanto pela sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) quanto pela geração de empregos (Cepea, 2023). O desenvolvimento do

setor esteve associado, ao longo das últimas décadas, à modernização tecnológica e ao aumento da produtividade, fatores impulsionados por investimentos em pesquisa e inovação (Telles et al., 2021).

No entanto, esse avanço produtivo trouxe também consequências ambientais significativas. Em 2016, o Brasil figurou como o sexto maior emissor mundial de GEE, sendo o segundo maior quando consideradas atividades ligadas à agricultura e às mudanças no uso da terra (SEEG, 2021). Essas fontes representaram cerca de 2,8% das emissões globais totais e 9,2% das emissões derivadas especificamente do setor (Moreira, 2020).

Nesse contexto, a agropecuária nacional tem contribuído expressivamente para as emissões, seja pelo consumo de combustíveis fósseis, seja pelos processos biológicos de produção ou seja pela liberação de carbono resultante de alterações no uso e no manejo do solo.

Diante desse cenário, e em consonância com os compromissos assumidos internacionalmente, o Brasil passou a adotar estratégias para conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Na COP-15, realizada em Copenhague em 2009, o governo brasileiro comprometeu-se a reduzir entre 36% e 39% das emissões de GEEs até 2020 (Oliveira et al., 2016). Esse compromisso foi incorporado à Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e deu origem ao Plano ABC – Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Brasil, 2012).

O Plano ABC destaca-se como um marco nas políticas públicas de mitigação das mudanças climáticas no setor agropecuário. Suas ações prioritárias envolvem a RPD, a adoção do SPD, o incremento da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) e medidas de contenção do desmatamento (Freitas, 2018). Esses objetivos foram definidos a partir de três critérios centrais: a amplitude das áreas de abrangência, a relevância econômica das atividades e a eficácia das práticas para a redução das emissões de GEE.

Assim, o Plano ABC consolidou-se, entre 2010 e 2020, como uma das principais estratégias do governo federal para alinhar a produção agropecuária brasileira às metas globais de mitigação climática. Ao estimular a adoção de práticas sustentáveis, o plano não apenas contribui para a redução das emissões, mas também reforça o papel do Brasil como ator relevante no debate internacional sobre sustentabilidade e segurança alimentar.

O Plano ABC foi reformulado em 2020 e passou a se chamar Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020–2030) – ABC+, ou, simplesmente, Plano ABC+. Trata-se de uma iniciativa estratégica do governo brasileiro voltada à continuidade da política setorial de enfrentamento das mudanças climáticas no setor agropecuário (Brasil, 2023b).

O ABC+ foi concebido para o período de 2020 a 2030, tendo como objetivo central consolidar a agricultura e a pecuária em bases sustentáveis, resilientes e produtivas. Fundamentado em soluções científicas, o plano busca promover simultaneamente adaptação e mitigação diante das mudanças do clima. Além de reduzir as emissões de GEE, ele pretende assegurar a produção de alimentos, fibras, grãos e bioenergia em quantidade e qualidade adequadas, conciliando eficiência produtiva com a preservação dos recursos naturais, mesmo diante do aumento das incertezas climáticas (Brasil, 2023b).

A execução do plano foi estruturada em nove eixos estratégicos, subdivididos em programas e estratégias. Os programas correspondem a ações diretamente coordenadas pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI) do MAPA, enquanto as estratégias envolvem parcerias interinstitucionais, abrangendo outros ministérios e atores externos. A coordenação geral está a cargo da Coordenação-Geral de Mudanças do Clima, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista (CGMC/SDI/MAPA), responsável por articular a implementação do plano, promover o engajamento dos diferentes atores e criar condições institucionais para o alcance das metas estabelecidas (Brasil, 2023a).

Outro aspecto relevante é o caráter dinâmico e adaptativo do Plano Operacional do ABC+, que prevê revisões periódicas. Além de ajustes pontuais, estão programadas avaliações sistemáticas a cada dois anos desde o início da execução, possibilitando a incorporação de novos conhecimentos científicos e a adequação às demandas emergentes (Brasil, 2023c). O governo federal anunciou, no segundo semestre de 2023, o Plano Safra 2023/2024, introduzindo alterações relevantes ao Plano ABC+, como detalhado adiante.

## **O RenovAgro como instrumento de financiamento à produção agropecuária sustentável**

O Plano Safra 2023/2024 introduziu o Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro), sucessor do ABC+. A iniciativa representa uma inovação na política de crédito rural ao direcionar recursos especificamente para práticas produtivas de baixo impacto ambiental, organizadas em três modalidades: RenovAgro Ambiental, RenovAgro Recuperação de Pastagens e RenovAgro Demais (Brasil, 2023a).

Em termos de condições financeiras, as linhas RenovAgro Ambiental e RenovAgro Recuperação de Pastagens oferecem taxa de juros de 7% a.a, enquanto a modalidade RenovAgro Demais apresenta taxa de 8,5%. O limite de financiamento é de até R\$ 5 milhões, com prazos de pagamento que variam entre dez anos para a recuperação de pastagens e 12 anos para projetos de caráter ambiental. O público beneficiário abrange produtores rurais individuais e suas cooperativas (Brasil, 2023a).

As possibilidades de financiamento pelo RenovAgro são amplas e voltadas para a promoção da sustentabilidade no setor. Entre as práticas contempladas estão: a RPD; a implantação ou ampliação da ILPF; a adoção de técnicas conservacionistas de manejo e proteção de recursos naturais; a recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL); a implantação de agricultura orgânica; a produção de bioinsumos e biofertilizantes; e a implementação de sistemas de geração de energia renovável. Todas essas ações convergem para a redução das emissões de GEE e para a consolidação de uma agropecuária de base sustentável (Brasil, 2023c).

Na safra 2024/2025, o programa manteve as condições de financiamento para a recuperação e conversão de pastagens degradadas e para ações de adequação ou regularização ambiental das propriedades rurais, incluindo a recomposição de APP, RL, áreas de uso restrito e a RPD. Além disso, permanece a possibilidade de apoiar a implantação e o aprimoramento de planos de manejo florestal sustentável (BNDES, 2024). A Tabela 1 mostra os itens financiáveis pelo RenovAgro.

**Tabela 1.** Itens financiáveis no âmbito do RenovAgro.

<b>Categoria</b>	<b>Item contemplado</b>
Gestão e planejamento	- Projetos técnicos e georreferenciamento das propriedades rurais - Assistência técnica até a fase de maturação do projeto
Infraestrutura rural	- Realocação de estradas internas para controle de erosão e adequação ambiental - Operações de destoca
Produção orgânica	- Pagamento de serviços para conversão da produção orgânica - Custos com certificação
Práticas conservacionistas e solo	- Aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas (calcário e remineralizadores registrados no MAPA) - Aquisição de insumos, marcação e construção de terraços - Implantação de práticas conservacionistas de manejo do solo
Florestas e pastagens	Aquisição de sementes e mudas para formação de pastagens e florestas - Implantação de viveiros de mudas florestais e de espécies como açaí, cacau, oliveira, noqueira e palmáceas
Energia renovável	- Implantação, melhoramento e manutenção de sistemas para geração de energia renovável destinada ao consumo próprio
Regularização ambiental	- Aquisição de cotas de reserva ambiental (CRA), com discriminação do imóvel rural vinculado
Pecuária	- Investimentos em pecuária de corte e leite, mediante apresentação do Certificado Especial de Identificação e Produção (CEIP) - Utilização de reprodutores registrados em Livro de Registro Genealógico de associações de criadores autorizadas pelo MAPA

Fonte: BNDES (2024).

Conforme a Tabela 2, de 2018/2019 a 2022/2023, o valor previsto dos recursos do RenovAgro aumentou significativamente, de R\$ 2 bilhões para R\$ 6,19 bilhões. Houve um pequeno recuo em 2023/2024, para R\$ 6 bilhões, mas ainda próximo do máximo histórico. Em relação aos valores efetivamente aplicados, eles acompanham a tendência de aumento do previsto, mas com defasagens notáveis. Em 2021/2022 e 2022/2023, apesar de previsões muito altas, a aplicações ficaram em 69% e 63%, respectivamente, indicando subutilização do orçamento. O maior aproveitamento foi em 2019/2020 (98%), próximo do total previsto.

Já de acordo com a Tabela 3, a tendência geral da taxa de juros é de uma baixa volatilidade até 2015, e de aumento expressivo de 2015 em diante, mantendo-se mais alto e instável nos anos recentes. Quanto ao limite de créditos, há um crescimento,

principalmente para atender produtores maiores ou atividades específicas. Evidencia-se uma leve redução do prazo máximo ao longo do tempo, possivelmente para reduzir riscos de liquidez do programa. O período de carência se manteve relativamente longo (oito anos nos últimos anos), o que ajuda na adaptação do produtor e na amortização de investimentos de longo prazo.

Em suma, o Plano ABC foi pioneiro e colocou o Brasil como referência em políticas agrícolas de mitigação climática. O ABC+ trouxe modernização e adaptabilidade, mas depende de forte governança interinstitucional para entregar resultados. O RenovAgro é fundamental para operacionalizar financeiramente os objetivos dos planos e apresenta avanços na diversificação de práticas financiadas, indo além do foco inicial em pastagens e plantio direto, mas enfrenta o desafio do aumento de juros, que pode desestimular a adesão.

**Tabela 2.** Evolução da aplicação de recursos do RenovAgro entre as safras 2018/2019 e 2023/2024.

<b>Item</b>	<b>2018/2019</b>	<b>2019/2020</b>	<b>2020/2021</b>	<b>2021/2022</b>	<b>2022/2023</b>	<b>2023/2024</b>
Previsto (R\$ bilhão)	2	2,09	2,5	5,05	6,19	6,0
Aplicado (R\$ bilhão)	1,61	2,04	2,19	3,47	3,92	5,7
% de aplicação	81	98	88	69	63	83

Fonte: elaborado com dados de BNDES (2024).

**Tabela 3.** Condições de financiamento do RenovAgro.

Safra	Taxa de Juros (% a.a.)	Limite de crédito (R\$ milhão)	Prazo máximo (ano)	Carência (ano)
2010/2011	5,50	1,0	12	3
2011/2012	5,5	1,0	15	8
2012/2013	5,0	1,0	15	6
2013/2014	5,0	1,0 ou 3,0 para plantio comercial de florestas	15	6
2014/2015	5,0 ou 4,50 para médio produtor	1,0 ou 3,0 para plantio comercial de florestas	15	8
2015/2016	8,00 ou 7,50 para médio produtor	- 2,0	15	3 a 8
		- 3,0 para plantio comercial de florestas até 15 módulos fiscais - 5,0 milhões para plantio comercial de florestas acima de 15 módulos fiscais		
2016/2017	8,50 ou 8,00 para médio produtor	- 2,2 milhões	15	3 a 8
		- 3,0 para plantio comercial de florestas até 15 módulos fiscais - 5,0 milhões para plantio comercial de florestas acima de 15 módulos fiscais		
2017/2018	7,50	- 2,2 milhões	12	3 a 8
		- 3,0 para plantio comercial de florestas até 15 módulos fiscais - 5,0 milhões para plantio comercial de florestas acima de 15 módulos fiscais		
2018/2019	6,00 e 5,25	5,0	12	8
2019/2020	5,25 e 7,00	5,0	12	8
2020/2021	4,50 e 6,00	5,0	12	8
2021/2022	5,50 e 7,00	5,0	12	8
2022/2023	7,00 e 8,5	5,0	12	8
2023/2024	8,5	5,0	12	8

Fonte: elaborado com dados de BNDES (2024).

### Aspectos metodológicos da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e de natureza exploratória, direcionada à compreensão de um fenômeno em profundidade, considerando as percepções, experiências e significados atribuídos pelos atores envolvidos. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por permitir a apreensão de dimensões subjetivas e contextuais relacionadas ao acesso ao crédito agropecuário e ao uso do RenovAgro, enquanto o caráter exploratório justifica-se pela relativa escassez de estudos empíricos sobre a implementação desse programa em nível regional, sobretudo na Região Central do Rio Grande do Sul (Flick, 2009; Minayo, 2014).

A investigação foi desenvolvida com produtores rurais atendidos por uma empresa de planejamento agropecuário situada no Município de Tupanciretã, Região Central do Rio Grande do Sul, que atua na elaboração de projetos técnicos volta-

dos à obtenção de crédito agropecuário. A empresa desempenha papel relevante como mediadora entre produtores e instituições financeiras, sendo parceira de agentes bancários como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Cooperativa Sicredi.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, instrumento que possibilita flexibilidade na condução das questões, permitindo aprofundar informações relevantes com base no relato dos participantes. Foram entrevistados três funcionários responsáveis pela elaboração de projetos agropecuários vinculados às instituições financeiras parceiras, o gestor da empresa de planejamento agropecuário de Tupanciretã e nove produtores/clientes por ela indicados, totalizando 13 participantes.

As entrevistas com os produtores ocorreram no segundo semestre de 2024, diretamente em suas propriedades rurais, localizadas nos municípios de Tupanciretã, Lavras do Sul, Capão do Cipó,

Santiago, São Gabriel, Bagé, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, por meio da indicação da empresa de planejamento agropecuário, contemplando produtores que acessaram recursos do RenovAgro no Plano Safra 2023/2024. Esse critério visou assegurar a pertinência das informações coletadas em relação ao objeto do estudo.

As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e submetidas à análise de conteúdo, conforme proposta clássica de Bardin (2011), que envolve três etapas fundamentais: i) pré-análise, com leitura flutuante das transcrições e organização do corpus; ii) exploração do material, com identificação de unidades de registro e construção de categorias temáticas; e iii) tratamento, interpretação e inferência dos resultados, em diálogo com a literatura científica sobre crédito rural, sustentabilidade agrícola e políticas públicas.

A categorização temática permitiu organizar as informações em eixos analíticos relacionados à percepção dos produtores sobre o RenovAgro, às dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito, ao papel da empresa de planejamento agropecuário e das instituições financeiras, bem como às práticas de sustentabilidade implementadas a partir dos recursos. Para aumentar a confiabilidade dos achados, utilizou-se a técnica de triangulação de fontes, confrontando os relatos dos produtores com as informações fornecidas pelos técnicos bancários e pelo gestor da empresa.

Essa estratégia metodológica possibilitou não apenas compreender a operacionalização do RenovAgro na região investigada, mas também identificar avanços, limitações e perspectivas para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade no setor agropecuário.

## **A operacionalização do RenovAgro na Região Central do Rio Grande do Sul**

A efetividade do Programa ABC/RenovAgro depende não apenas do desenho institucional e das condições financeiras oferecidas, mas também da forma como seus diferentes atores percebem e operacionalizam os recursos disponíveis. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como bancos e cooperativas de crédito, empresas de assistência técnica e elaboração de projetos, bem como os próprios produtores rurais, avaliam o programa.

## **RenovAgro e sustentabilidade agropecuária: a visão dos responsáveis pela liberação de recursos**

O ABC/RenovAgro constitui uma iniciativa estratégica para fomentar a sustentabilidade no setor agropecuário brasileiro ao disponibilizar linhas de crédito voltadas a investimentos que reduzem os impactos ambientais e elevam a produtividade das propriedades. A operacionalização do programa envolve instituições financeiras que atuam no crédito rural, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos comerciais, cooperativas de crédito e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esses agentes desempenham papel central na intermediação dos recursos entre o governo e os produtores, assegurando que os investimentos cheguem efetivamente ao campo.

Para compreender a percepção desses atores, a pesquisa entrevistou representantes de três agências bancárias parceiras na concessão do crédito rural. De modo geral, os participantes ressaltaram que o RenovAgro tem contribuído para metas relevantes, como a redução das emissões de GEE, o fortalecimento da produção agropecuária sustentável, a contenção do desmatamento, a adequação das propriedades às normas ambientais, a ampliação de florestas cultivadas e a RPD.

Segundo os entrevistados, o programa oferece diferentes modalidades de financiamento, abrangendo desde a RPD até a implantação do SPD e o manejo de florestas comerciais. Essa diversidade possibilita que os produtores selecionem a linha de crédito mais adequada às necessidades específicas de suas propriedades, favorecendo uma abordagem ampla da sustentabilidade no campo.

Os produtores beneficiados buscam vantagens tanto econômicas quanto ambientais, como aumento da produtividade, conservação do solo e da água, adequação à legislação ambiental e recomposição de áreas degradadas. Tais resultados contribuem para a viabilidade de longo prazo da atividade agropecuária, combinando eficiência produtiva e mitigação de impactos ambientais.

Contudo, os agentes financeiros destacaram que a disponibilidade de recursos do RenovAgro oscila anualmente, influenciando diretamente o número de produtores atendidos. Em períodos de maior aporte financeiro, amplia-se o alcance do programa; já em anos de escassez, a cobertura se restringe. Esse cenário reforça a necessidade de

uma alocação estável e previsível de recursos para garantir a continuidade dos benefícios gerados.

O perfil dos produtores atendidos é majoritariamente de médios e grandes sojicultores, com capacidade de investir em tecnologia e manejo do solo. Entre as principais motivações para acessar o crédito estão a melhoria da fertilidade e uniformidade do solo, a elevação da produtividade por hectare, a redução da necessidade de adubação a longo prazo, o aumento da disponibilidade de micronutrientes e a otimização da FBN.

Entre os desafios relatados, sobressaem a elevada demanda diante da disponibilidade limitada de crédito e o rigor técnico exigido nos projetos. A necessidade de análises detalhadas de solo, recomendações técnicas e documentação específica aumenta a complexidade do processo, demandando apoio especializado e maior eficiência no fluxo de concessão. Comparado a outras linhas de investimento rural, o RenovAgro é percebido como mais rigoroso, justamente pelo foco em assegurar que os recursos sejam aplicados em práticas realmente sustentáveis.

A elaboração de projetos normalmente é conduzida por empresas de assistência técnica credenciadas, o que confere maior confiabilidade às recomendações apresentadas. Ainda assim, os entrevistados observaram que a burocracia, sobretudo nas etapas de documentação das áreas e de análise do solo, pode representar entraves significativos. Embora necessárias, essas exigências reforçam a importância de procedimentos mais céleres e acessíveis.

Entre as tecnologias mais adotadas pelos produtores que recorrem ao programa, destacam-se o SPD e a FBN. Tais práticas se consolidam como pilares da sustentabilidade agrícola, uma vez que promovem a melhoria da qualidade do solo e a eficiência da produção. Conforme Hungria et al. (2013), a aplicação da FBN é altamente vantajosa do ponto de vista econômico, visto que sua adoção nas culturas de soja e feijão bastaria para atender às metas do Plano ABC nesse aspecto.

### **A percepção dos elaboradores de projetos sobre a operacionalização do RenovAgro**

Empresas especializadas na elaboração de projetos de crédito rural exercem papel estratégico ao viabilizar o acesso dos produtores aos recur-

sos financeiros do ABC/RenovAgro. Sua atuação é fundamental, pois alia conhecimento técnico a uma documentação criteriosa, contribuindo para a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e produtivas.

Neste estudo, fez-se uma entrevista com o gestor de uma empresa de projetos agropecuários, que relatou ter elaborado seu primeiro projeto em fevereiro de 2015, voltado à correção do solo. Atualmente, a formulação de projetos exige documentação detalhada da área, incluindo análises laboratoriais de solo, recomendações técnicas específicas e a elaboração de croquis que demonstram a aplicação dos investimentos planejados.

De acordo com o gestor, os benefícios do programa para os produtores são expressivos. Além das condições financeiras atrativas – como prazos estendidos e as taxas de juros mais baixas do mercado –, o RenovAgro permite investimentos direcionados ao aumento da produtividade e à sustentabilidade de longo prazo.

O entrevistado destacou que, ao longo dos anos, o programa passou por mudanças significativas, sobretudo na forma de entrega dos projetos às instituições financeiras. Atualmente, sua empresa atende cerca de 100 clientes ativos, dos quais, em média, dez acessam recursos do RenovAgro anualmente. Esses produtores, geralmente de perfil empresarial, possuem propriedades de 1.000 a 8.000 hectares e investem em práticas como rotação de culturas, SPD, correção e adubação do solo e criação de bovinos de corte.

Os principais objetivos que motivam os produtores a buscar o programa são o incremento da produtividade e a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis. As condições de crédito, com prazos mais longos e juros reduzidos, criam um ambiente favorável para tais investimentos. No entanto, o gestor observa que a implementação consistente dessas práticas ainda enfrenta desafios, especialmente por causa de restrições orçamentárias.

Quando comparado a outras linhas de crédito rural, o RenovAgro se destaca pelo rigor técnico e ambiental. Trata-se de uma modalidade considerada mais burocrática, pois requer documentação completa da área, análises de solo, recomendações específicas e, em alguns casos, vinculação a práticas de pecuária integrada. O prazo médio para finalização de um projeto varia entre 15 e 20 dias úteis,

sendo a maior parte dos contratos concentrada nas linhas voltadas ao SPD, à ILPF e ao manejo de solos.

### **A visão dos produtores sobre o RenovAgro: sustentabilidade e desafios burocráticos**

A pesquisa abrangeu nove produtores rurais, todos clientes representativos da carteira de uma empresa de planejamento agropecuário. Esses produtores operam em grupos familiares e possuem propriedades acima de 1.000 hectares, voltadas à produção de grãos e pecuária. Quando questionados sobre o conceito de sustentabilidade na produção agrícola, destacaram a necessidade de conciliar a preservação ambiental com a produção, enfatizando práticas como a manutenção de áreas de vegetação nativa e o uso racional de insumos, sempre acompanhados das melhores tecnologias disponíveis.

Os entrevistados relataram experiências positivas com o RenovAgro, sobretudo quanto à viabilização de práticas que resultaram em maior produtividade e sustentabilidade. Ressaltaram que os recursos permitiram investimentos significativos em correção e manejo do solo, com impactos diretos no desempenho das lavouras. A divulgação do programa ocorreu principalmente por intermédio de gerentes de instituições financeiras, de agrônomos vinculados a empresas de assistência técnica e, em menor medida, pela mídia, o que evidencia a relevância de canais de comunicação eficazes para ampliar o acesso às informações e às oportunidades oferecidas.

Apesar dos resultados favoráveis, os produtores observaram que a burocracia relacionada à elaboração de projetos cresceu ao longo dos anos. Enquanto no início o processo era considerado mais simples, atualmente ele envolve uma série de exigências técnicas e documentais que tornam a contratação mais demorada e complexa. Reconhecem, entretanto, que tais exigências são fundamentais para assegurar a qualidade e a sustentabilidade das práticas financiadas, ainda que representem uma barreira inicial ao acesso.

Os recursos do RenovAgro foram majoritariamente destinados à RPD, ao SPD e à FBN. Segundo os entrevistados, essas tecnologias trouxeram ganhos expressivos: corrigiram o solo, aumentaram a produtividade e garantiram maior sustentabilidade

das atividades. Ressaltaram ainda que a adoção dessas práticas resultou em incremento significativo tanto na produção de grãos quanto na eficiência da pecuária de corte, demonstrando retorno econômico e ambiental dos investimentos ao longo do tempo.

Outro aspecto identificado foi a diversidade de critérios adotados pelas instituições financeiras na análise e liberação dos créditos. Essa heterogeneidade influencia diretamente a viabilidade do acesso, levando os produtores a buscarem bancos que ofereçam maior agilidade e menos barreiras burocráticas. Dessa forma, reforça-se a importância de um sistema bancário mais uniforme e orientado ao apoio efetivo de projetos sustentáveis.

A assistência técnica, tanto no período anterior quanto posterior à contratação, foi avaliada de forma positiva pelos produtores. Embora as etapas iniciais, até a liberação do crédito, sejam consideradas demoradas e, por vezes, desgastantes, o acompanhamento técnico ao longo da execução dos projetos é apontado como decisivo para o êxito das práticas implantadas.

Em relação ao fortalecimento do RenovAgro, os produtores destacaram dois pontos centrais: a necessidade de maior incentivo governamental e de simplificação da burocracia. Para eles, a crescente complexidade documental e procedimental tem dificultado o acesso ao programa. Assim, defendem a simplificação dos processos, sem comprometer os critérios técnicos e ambientais, como medida fundamental para ampliar a adesão e difundir práticas sustentáveis em maior escala.

A análise da percepção dos produtores rurais evidencia que, embora a burocracia represente um desafio recorrente, o RenovAgro é reconhecido como um instrumento estratégico tanto para a elevação da produtividade quanto para a promoção da sustentabilidade agropecuária. Nesse sentido, a continuidade e a expansão do programa, aliadas a um processo mais ágil e a um apoio governamental mais consistente, mostram-se essenciais para ampliar seus impactos positivos. Em síntese, a alocação de recursos do RenovAgro é orientada pela consciência crescente dos produtores acerca da importância da sustentabilidade e pela busca de tecnologias capazes de gerar ganhos econômicos alinhados à conservação ambiental.

## Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar a alocação dos recursos do Programa RenovAgro entre produtores rurais da Região Central do Rio Grande do Sul, com vistas a compreender tanto os entraves enfrentados pelos beneficiários quanto suas potencialidades como instrumento de fomento à sustentabilidade agrícola. Os resultados obtidos indicaram que a burocracia associada ao acesso ao crédito é um dos principais desafios, gerando barreiras que limitam a efetividade da política. A complexidade procedimental, conforme relatada pelos entrevistados, aponta para a necessidade de revisão institucional de modo a alinhar os objetivos estratégicos do RenovAgro com uma maior eficiência operacional.

Além disso, observou-se uma demanda recorrente dos produtores em relação ao incremento de incentivos governamentais, não apenas no que se refere à ampliação da oferta de crédito, mas também quanto à criação de condições contratuais mais favoráveis. Essa demanda revela uma lacuna entre a concepção normativa do programa e sua aplicabilidade prática, sugerindo que a adesão ao RenovAgro poderia ser ampliada caso fossem implementadas medidas de maior atratividade econômica e menor custo de transação.

A análise evidencia, portanto, que o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao crédito rural sustentável depende de duas dimensões complementares: a racionalização dos instrumentos administrativos e a formulação de incentivos capazes de induzir a adoção de práticas produtivas ambientalmente responsáveis. Nesse sentido, o RenovAgro se apresenta como uma ferramenta estratégica para articular os objetivos de sustentabilidade ambiental com a competitividade econômica do setor agropecuário, contribuindo para a consolidação de um modelo agrícola mais resiliente e socialmente comprometido.

A contribuição central deste estudo reside em destacar a relevância da agricultura sustentável como eixo estruturante para o desenvolvimento rural, ressaltando a necessidade de transformação comportamental e institucional que envolva não apenas os produtores, mas também os agentes financeiros e o próprio Estado. Contudo, reconhece-se como limitação a abrangência restrita da amostra e a predominância de uma abordagem qualitativa, o que pode comprometer a genera-

lização dos resultados. Assim, recomenda-se a realização de pesquisas futuras de caráter quantitativo e comparativo, capazes de mensurar, em diferentes contextos regionais, o impacto efetivo do RenovAgro sobre a sustentabilidade agrícola e sobre o acesso equitativo ao crédito rural.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Florestas: apoio a projetos de manejo florestal sustentável**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm)>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **ABC+**. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais/abc/programas-e-estrategias>>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2023/2024 incentiva sustentabilidade e conta com 13 programas para investimentos**. 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/plano-safra-2023-2024-incentiva-sustentabilidade-e-conta-com-13-programas-para-custeio-comercializacao-e-investimentos>>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Sustentabilidade**. 2023c. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/sustentabilidade>>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/publicacoes-diversas/diretrizes-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-agropecuaria-brasileira.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais/publicacoes/download.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba, 2023. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 17 maio 2024.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura de baixa emissão de carbono**. 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-de-baixo-carbono/sobre-o-tema>>. Acesso em: 30 set. 2023.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food and agriculture 2021: making agrifood systems**

more resilient to shocks and stresses. Rome, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4060/cb4476en>.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, S.M. Programa ABC: a oferta de recursos para investimentos em tecnologias com baixa emissão de carbono, safras 2015/16 a 2018/19. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, v.13, p.1-7, 2018. Disponível em: <<https://iea.agricultura.sp.gov.br/ftp/iea/aia/AIA-43-2018.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2026.

HUNGRIA, M.; NOGUEIRA, M.A.; ARAUJO, R.S. Co-inoculation of soybeans and common beans with *rhizobia* and *azospirilla*: strategies to improve sustainability. **Biology and Fertility of Soils**, v.49, p.791-801, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00374-012-0771-5>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM - Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal.html>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2022: impacts, adaptation and vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Editors: Hans-Otto Pörtner, Debra C. Roberts, Melinda M.B. Tignor, Elvira Poloczanska, Katja Mintenbeck, Andrés Alegria, Marlies Craig, Stefanie Langsdorf, Sina Löschke, Vincent Möller, Andrew Okem, Bardhyl Rama. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781009325844>.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, G.L. **Financiamento verde: uma análise do plano agricultura de baixo carbono**. 2020. 94p. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216356/001120456.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2020.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2020**. Paris, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1787/928181a8-en>.

OLIVEIRA, T.P.A. de; PANTOJA, M.J.; BRISOLA, M.V. Plano ABC: contribuições teóricas para o novo paradigma da agropecuária e uma proposta de avaliação. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v.9, p.719-740, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2016v9n3p719-740>.

SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil (1970–2019)**. Piracicaba: Observatório do Clima, 2020. Disponível em: <[https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/12/OC\\_RelatorioSEEG2020\\_final.pdf](https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/12/OC_RelatorioSEEG2020_final.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2026.

TELLES, T.S.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; RIGHETTO, A.J.; RIBEIRO, M.R. **Desenvolvimento da agricultura de baixo carbono no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. (Ipea. Texto para discussão, 2638). DOI: <https://doi.org/10.38116/td2638>.